

# Opinião

## Econômica

*Economia Brasileira*

### Não tem registro

Parece escalção de time de futebol europeu: Struckmeyer, Wiesner, Beveridge, Reichmann e Jul; Lipsky, Luuksila e Buyse; Larosiere, Rhodes e Volcker.

Os 126.415.622 brasileiros estão nas mãos desses 11 homens de ouro. Os três últimos jogam no ataque e podem executar o gigante sulamericano com um gol de placa feito no tapetão: a moratória incondicional, liquidação do Brasil para entrega do prédio, hipoteca de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, avaliada em míseros US\$ 82 bilhões, pouco mais de um quarto do produto nacional.

Larosiere é o homem do polegar, feito Nero no circo romano do capital pagão. Delfim Netto passou o fim de semana na Europa tentando a indulgência plenária para os cristãos endividados, mas não conseguiu aproximar-se do balcão do imperador, vestido de Pilatos.

Rhodes, o do colosso bancário, responde pelo caso Brasil na mesa de decisão dos credores embasbacados. Rhodes sorri amarelo e diz que ainda está apalpando o terreno, ele que entra em campo na prorrogação, tomando o lugar do titular Gebauer, afastado por deficiência técnica.

Na ponta esquerda, jogando recuado e caindo pelo meio, o desmarcado Volcker. Ele organiza o jogo, distribui a bola, corrige a defesa, marca por zona, munícia o ataque, não aparece para a torcida, é notado apenas pela tribuna de honra.

Mais que isso: é o dono do clube, o FMI. Nos Estados Unidos é mais conhecido por Mr. Dollar. De certa forma, o homem mais poderoso do mundo. Titular do Banco Central dos Estados Unidos, ele administra, por baixo da mesa, os fluxos da moeda universal, que bitolam o comportamento dos juros e calibram o desempenho do comércio entre os povos.

O cargo é tão importante e a função é tão estratégica que Paul Volcker é o único burocrata de primeiro escalão que ignora a troca de presidente, se democrata ou republicano. É homem de confiança não apenas do governo, também ou principalmente do sistema.

Mr. Volcker, em pleno verão, está de plantão na mesa de controle remoto do caso Brasil. Um painel sofisticado, o mais complicado das finanças internacionais. Os marcadores digitais estão apitando "não tem registro" desde outubro do ano passado.

A ficha cadastral do Brasil era um arranjo contábil sem lastro. A ficha renovada em dezembro também não passou pela auditoria cibernética da matemática e a nova versão da mesma ficha, primeiro esboço marcado para hoje, em Brasília, não tem como escapar do reino da aritmética frívola.

Cá entre nós, que Mr. Volcker não nos ouça: não estamos mentindo as contas, de caso pensado. Estamos, simplesmente, inventando as contas que não podem ser feitas sob pressão.

Os técnicos do FMI, liderados por Struckmeyer, Wiesner e Reichmann, aprenderam a falar português, desaprendendo a contar até mil — como de resto, todo o Brasil.

Essa gigantesca "matemagica" tem o mérito de fechar qualquer conta e de assumir qualquer meta. De preferência, as metas contábeis de verificação impossível. Caso da redução programada, com data marcada, do "déficit" público, esse disco-voador que todo mundo vê, mas ninguém consegue fotografar.

O próprio FMI já ligou seu emperrado desconfiômetro: ao invés de cobrar a redução cirúrgica do "déficit", convertido em mais um número furta-cor, prefere exigir a redução, por decreto, da inflação sideral, esse objeto voador igualmente não identificado.

Na reunião de hoje, o FMI vai exigir, em protocolo solene, o número mágico: a taxa anual de inflação para 31 de dezembro.

Qual é o problema?

Colocado no pau-de-arara da bancarrota externa e já no limiar da moratória interna (moratória política), o Brasil confessa qualquer número: 150? É muito? Que tal 130? Ainda não dá? Serve 120? Menos do quê? Ah? Menos de três dígitos? Até dezembro? Certo, então vamos de 99,99, um belo número, o mesmo do ano passado.

Ninguém vai acreditar? Claro, o próprio governo acha que qualquer coisa abaixo de 135 é chute com as duas pernas juntas, palpite de cair sentado. Mas se o FMI precisa de um número menor para inglês ver, para americano entender ou para alemão padecer, sugiro o 126,9.

Ou seja: a inflação de dezembro, em base anual, será menor que a inflação de julho. Ou ainda: a inflação brasileira está de novo em declínio... o rumo é mais importante que o ritmo.

Não estou brincando com coisa séria. Quem brinca com esta coisa séria chamada nação brasileira é a comunidade financeira internacional, que drogou o viciado com "overdose" de US\$ 82 bilhões, a juros abaixo de 9,5%, no ato da contratação, taxa remarcada para mais de 20%, sem negociação nem aviso prévio, nos idos apocalípticos de 1980/82.

A quebradeira do Terceiro Mundo, em bloco, "papagaio" furado de quase US\$ 700 bilhões, é mera coincidência, é vasta incompetência, é simples turbulência?

Os importadores de capital estão falidos. Entre eles, exportadores de petróleo, preços mais que duplicados entre 1978 e 1981. Eles perderam nos juros que explodiram e nos preços que implodiram.

Em troca de coisa nenhuma, o Brasil perdeu, em apenas mil dias, US\$ 7,5 bilhões por sobrecarga dos juros e US\$ 11,5 bilhões por deterioração dos termos de troca (preços de importação em alta versus preços de exportação em baixa).

O desastre lá fora não resgata nossas culpas aqui dentro. Mas vale perguntar: com quem ficou essa fortuna sequestrada do Brasil, por telex? Um desfalque de US\$ 18 bilhões, exatamente a parcela da dívida que não estamos conseguindo honrar este ano?

Os números são de Guy Pfefferman, economista que dirige a divisão da América Latina do Banco Mundial. A resposta deve ser cobrada de Hans Struckmeyer, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI. Ele costuma passar as férias na Bahia e fala português com sotaque carioca.

Como o homem não dá entrevista, fica a dica: os juros do capital e os preços do comércio são fixados, sem negociação, pelos dois lados do Atlântico Norte.

Que tal exigir do FMI, na reunião de hoje, um programa de metas, para dezembro, sobre juros e preços do mercado mundial?

Eles manipulam a decisão e podem jurar essa previsão.

Joelmir Beting